



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>323198</u>
Classificação <u>05/03/02/1/1</u>
Data <u>01.07.30</u>

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x ( ___ª)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número <u>3897</u> / x ( <u>4</u> ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>31/07/2009</u>
Q Secretária da Mesa <u>Recorreis</u>

Assunto: **Plano Rodoviário Nacional na Região Centro Interior (IC6, IC7 e IC37) – manipulação do processo de consulta pública**

Destinatário: **Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional**

Por determinação de SESP/AR, à  
Sra. Secretária da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

09.07.30

O Grupo Parlamentar do PCP realizou recentemente uma audiência com a Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, que nos expôs as suas preocupações relativamente aos projectos do Plano Rodoviário Nacional na Região Centro Interior (IC6, IC7 e IC37).

Esta Associação tem desenvolvido uma intensa intervenção neste âmbito, congregando por seu turno diversas associações e outras entidades, na defesa do ambiente, da agricultura e floresta, no movimento associativo da caça e da pesca, com a Plataforma de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Estrela a assumir uma posição de denúncia e crítica sobre a forma como este processo tem sido conduzido.

Está em causa a emissão de um Relatório Final de Avaliação Ambiental Estratégica que evidencia um inaceitável falseamento das posições assumidas por diversas entidades que participaram nesta Consulta Pública. Em relação a uma parte muito significativa, foram omitidos todos os pareceres contrários ao “cenário C” (aquele que o Governo pretendia ver aprovado) e chegou mesmo a ser deturpada a posição manifestada pelas entidades, alterando-se o sentido das soluções por estas preconizadas.

Há três entidades – Clube de Caça e Pesca de Sameice (6 freguesias), CM de Celorico da Beira (ERAE) e QUERCUS que claramente optaram pelo cenário A, o que nas ficas de consulta apenas é reconhecido em relação à primeira (CCPS), alterando-se a posição das outras duas, remetendo-as para a opção *nada fazer*.

Há conco entidades (AC Amigos da Serra da Estrela, PDSSE [mais 5 subscritores] NPEPVS, ERVEDUS, SPEA) e duas pessoas (José Veloso e José Pombo Duarte), ou seja um total de sete participantes que subscrevem uma proposta própria em relação à Travessia da Serra e optam pelo cenário A relativamente ao resto da rede, que deviam estar classificados no cenário A, com observação relativamente ao traçado próprio para a Travessia da Serra, que são classificados na opção *nada fazer*.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN), que teceu duras críticas ao cenário B em relação à Travessia da Serra sobretudo quanto aos troços do mesmo a céu aberto, tendo optado pelo Cenário A (apenas neste troço específico igual ao B) quanto à ligação a Viseu e a uma solução mais próxima do A quanto à ligação Catraia dos Poços/Celorico, foi classificada como optando pela solução B.



A CAULE/Associação de Produtores Florestais da Beira Serra (representando cinco mil produtores florestais), que tomou uma posição muito semelhante à LPN em relação aos túneis e, embora menos desenvolvida, quanto ao resto da rede, foi classificada como optando pela solução B.

A Câmara Municipal de Viseu considera que a melhor solução para a ligação da Beira Serra à referida cidade é a dos cenários A e B, e que foi genericamente ignorada.

A Câmara Municipal de Celorico da Beira, de acordo com o que consta da ficha de consulta pública desta entidade (ERAE), «manifesta o seu total desacordo com a alteração ao actual PRN 2000», o que significa de facto uma opção correspondente à defesa do cenário A. No entanto, é apontada como tendo defendido a opção *nada fazer*.

A Câmara Municipal de Nelas refere na sua ficha de consulta que «rejeita liminarmente a opção C – cenário composto», posição à qual não é dada qualquer relevância no relatório.

Para além destes graves aspectos, há neste processo outras situações altamente preocupantes, como é o caso da contradição frontal entre a posição do Relatório Final e o teor do Resumo Não Técnico levado a consulta pública relativamente aos indicadores *factor de conectividade e eficiência rodoviária*. Com efeito, a mesma solução que inicialmente é apontada como «traçado menos favorável na perspectiva do desenvolvimento regional quer nos situemos à escala local ou à escala supra-regional» acaba por ser apresentada no Relatório Final como «traduzindo do ponto de vista territorial benefícios para o reforço da centralidade urbana de Viseu e do sistema urbano da Beira Serra».

A forma como este processo foi conduzido exige uma investigação e o apuramento de responsabilidades, perante estes indícios claros e evidentes de irregularidades. Não sendo infelizmente o primeiro, este é seguramente um dos casos mais graves de manipulação e falta de transparência num procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental ou Avaliação Ambiental Estratégica.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do **Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional**, o seguinte:

1. Como explica o Governo que a posição assumida por tantas entidades no âmbito da consulta pública deste processo tenham sido omitidas ou alteradas no Relatório Final?
2. Como explica o Governo as flagrantes contradições registadas entre a posição do Relatório Final e o teor do Resumo Não Técnico levado a consulta pública?
3. Tenciona o Governo manter até ao fim do seu mandato a sua posição de conivência e cumplicidade sobre este inaceitável processo, ou vai cumprir o seu papel e intervir para pôr cobro a esta situação de uma vez por todas?

Assembleia da República, 24 de Julho de 2009.

O Deputado:

Bruno Dias